

As jornadas de junho de 2013, as divisões dentro movimento das ruas e o golpe de 2016: a trajetória da Lei 13.415/17

Ricardo Jefferson Araujo Moraes Junior

Fabio Souza Correa Lima

O presente projeto de pesquisa visa realizar uma investigação sobre o contexto social e político em que se deu o processo de implementação da Lei n.º 13.415/17. Assim sendo, essa pesquisa, realizada no campo da História da Educação, tem como objetivo geral estudar a trajetória da Lei. Especificamente, buscaremos conhecer os primeiros diálogos sobre a proposta de transformação do Ensino Médio, em 2013, as tramas políticas que, por efeito, incidiram sobre as ideias iniciais do projeto, entre os anos de 2016 e 2017. Estabelecemos um recorte cronológico que se inicia em 2013 e termina em 2017, perpassando quatro governos, a saber, Dilma e Temer. Vale ressaltar que, mesmo antes de definirmos o tema, o escopo e o recorte, as questões que nos nortearam foram: a) em que momento e em quê se pautou a justificativa da reforma do ensino médio? b) Quais são os principais argumentos utilizados pelos setores da sociedade que ainda criticam a reforma do ensino médio instituída pela Lei nº 13.415/17? c) De que forma os debates em torno da reforma do ensino médio e as críticas por parte de diversos setores da sociedade influenciaram as políticas educacionais no Brasil nos últimos anos? A relevância desse estudo, portanto, se coloca na necessidade de conhecermos como a proposta inicial de reforma foi formulada e como, a partir de tramas políticas no ano de governo Temer, ela foi alterada de maneira a atender interesses privados, neoliberais e conservadores. Para essa pesquisa, utilizaremos a metodologia de análise de legislação (FARIA FILHO, 1998), sob uma abordagem política (REMÓND, 2003) e usando a categoria de análise de Currículo (GOODSON, 1995; 1997). As leis são fundamentais para compreender o processo político-social de um determinado período: “Como fonte, os documentos favorecem uma leitura de uma longa história de aprendizados e conflitos, cujo locus reside na negociação” (SIQUEIRA; SÁ, 2013) explicitar as intenções propostas colocadas e como as decisões influenciam as idéias que norteiam as práticas escolares. De modo geral, assim como coloca Luciano Faria Filho (1998), nosso objetivo é criticar o local das imposições e dos interesses das classes dominantes, no âmbito educacional aplicado nas práticas escolares. A educação é uma das principais ferramentas para o desenvolvimento humano e social, sendo reconhecida como um direito fundamental e universal. No Brasil, a educação passou por diversas transformações ao longo dos anos, com o objetivo de oferecer um ensino de qualidade e mais adequado às demandas da sociedade. Nesse contexto, a reforma do ensino médio se destaca como uma das mudanças mais significativas da educação brasileira nas últimas décadas. Podemos observar em Análise que, a reforma do Ensino Médio no Brasil foi marcada tanto por uma pluralidade de vozes, quanto por preocupações. O contexto político e social, especialmente durante as manifestações de 2013, que é um dos focos dado para essa pesquisa, desempenhou um papel significativo na demanda por mudanças no sistema educacional. As discussões na Câmara dos Deputados refletiram um compromisso com a melhoria da educação e a busca por soluções inovadoras que atendessem às necessidades dos estudantes e da sociedade como um todo. A necessidade de reformulação do currículo do Ensino Médio era debatida de forma intensa, com ênfase na capacidade de atrair jovens e prepará-los para o mercado de trabalho. Discussões essas que envolveram a flexibilização dos currículos, o aumento da carga horária e a valorização do ensino técnico e profissional, visando preparar os

alunos para os desafios do século 21. Além disso, a participação de diversos atores, como especialistas, educadores, parlamentares e representantes da sociedade civil, contribuiu para o refinamento da proposta e a busca por soluções que promovessem a qualidade e equidade na aprendizagem. Portanto, as análises e resultados presentes na pesquisa destacam a complexidade e a importância do tema da reforma do Ensino Médio, evidenciando a necessidade de considerar as demandas da sociedade, as transformações do mercado de trabalho e as aspirações dos estudantes para a construção de um sistema educacional mais adequado e eficaz. E dentro disso, uma breve reflexão sobre o processo de impeachment de Dilma Rousseff, ressaltando as controvérsias, pressões e impactos desse evento na conjuntura política e social do País.

Palavras-chave: Reforma Educacional; Lei 13.415/2017; Golpe.

REFERÊNCIAS

BRASIL. PROJETO DE LEI N.º 6.840 DE 18 DE DEZ. DE 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=602570>.

Acessado dia 29 de mar. de 2023.

BRASIL. LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm.

Acessado em 29 de mar. de 2023.

Dermeval Saviani (2018)

FAJARDO, Vanessa. Entenda a reforma do ensino médio. 2017. **G1**. Disponível:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/entenda-a-reforma-do-ensino-medio.ghtml>.

Acessado dia 29 de mar. de 2023.

FARIA FILHO, Luciano. **A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação.** Belo Horizonte: Autêntica (Org). **Educação, modernidade e civilização.** Belo Horizonte: Autêntica, p. 89-125, 1998.

GOODSON, IvorF.. A história social das disciplinas escolares. In: GOODSON, IvorF.. **A construção social do currículo.** Lisboa: Educa - Currículo, 1997. Cap. 1. p. 27-41.

GOODSON, IvorF.. Currículo: a invenção de uma tradição. In: GOODSON, IvorF.. **Currículo: teoria e história.** 5. ed. Petrópolis/Rj: Editora Vozes, 1995. Cap. 1. p. 16-28. (Ciências sociais da educação). Tradução de Atilio Brunetta.

LOPES, Reginaldo. Com o Future-se, Bolsonaro quer destruir o presente da educação. **PT.** 2019. Disponível em: <https://pt.org.br/reginaldo-lobes-com-o-future-se-bolsonaro-quer-destruir-o-presente-da-educacao/>. Acessado dia 29 de mar. de 2023.

RÉMOND, Réne. Uma história presente. In: RÉMOND, Réne (Org.). **Por uma história política.** Editora UFRJ/Fundação Getulio Vargas, 1997. pp. 13 - 36.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional no Brasil após a Ditadura Militar. **Revista HISTEDBR On-line.** Campinas, v.18, n.2[76], p.291-304, abr./jun, 2018.

SIQUEIRA, Carol. Deputado diz que reforma do ensino médio terá alcance limitado pela falta de verbas. Agência Câmara de Notícias. 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/504591-deputado-diz-que-reforma-do-ensino-medio-tera-alcance-limitado-pela-falta-de-verbas>. Acessado dia 29 de mar. de 2023.

SIQUEIRA, Elizandra de; SÁ, Nicanor Palhares. A Legislação Escolar como Fonte de Investigação. In: **VII Congresso Brasileiro de História da Educação.** EduFMT. Cuiabá, 2013.